

Denúncia 07

TEOR DA DENÚNCIA:

Nós, representantes dos Centros Acadêmicos do Campus Crato, viemos por meio desta apresentar uma denúncia formal à Comissão Eleitoral, solicitando sua atuação imediata frente à violação do edital de campanha eleitoral por parte de uma candidata à Direção Geral, conforme os artigos que regem a propaganda eleitoral no IFCE.

De acordo com o Art. 61, a propaganda eleitoral no IFCE deve seguir uma série de critérios para garantir que o processo eleitoral se mantenha íntegro, respeitoso e alinhado aos princípios institucionais. No entanto, identificamos que a referida candidata violou esses critérios ao publicar em suas redes sociais, no dia 09/10/2024, uma nota que acusa um grupo de alunos de misoginia, incluindo jovens negros, gays e alunas. A nota foi apoiada por assinaturas de pessoas e instituições externas ao IFCE, como Defensoria Pública, URCA, UFCA, GRUNEC e Polícia Civil, o que contraria explicitamente o item g do edital, que proíbe envolver terceiros ou instituições não vinculadas ao IFCE.

Além disso, a nota e os comentários subsequentes da candidata instigam à animosidade entre os alunos e a comunidade escolar, em desacordo com o item a, que proíbe a promoção de animosidade entre candidatos ou categorias da comunidade escolar. As acusações feitas nas redes sociais, sem a devida apuração dos fatos, culminam em uma situação de calúnia e difamação, violando diretamente o item i, que impede propaganda com o objetivo de caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, resguardando o direito de resposta.

A publicação das acusações se baseou em prints de conversas em um grupo de WhatsApp de alunos, onde houveram trocas de farpas e memes em um ambiente de disputa política acirrada. No entanto, as alegações de misoginia foram amplamente exageradas e instrumentalizadas para ganho político, sem considerar a totalidade do contexto, o que incluiu também episódios de homofobia e violência verbal direcionados a diversos alunos, homens e mulheres, e membros da comunidade LGBTQIA+. Ignorar essas dinâmicas e focar em um único grupo de alunos marginalizados (jovens negros e de baixa renda) revela um tratamento desigual e uma distorção dos fatos para favorecimento político da candidata.

A ausência de mediação institucional adequada agrava o cenário, uma vez que a candidata, ao invés de acionar os mecanismos internos para resolução de conflitos, como Neabi, Coordenações ou a Direção de Ensino, optou por recorrer diretamente a ameaças de judicialização, como evidenciado em suas respostas nas redes sociais. Esse comportamento fere a premissa de que o ambiente escolar deve ser um local de diálogo e educação, não de perseguição judicial.

Ademais, o uso de ameaças de processos judiciais direcionados exclusivamente a alunos marginalizados, em particular jovens negros, viola o item c, que proíbe instigar a desobediência coletiva ou o descumprimento da ordem institucional, uma vez que essas ameaças geram medo

EDITAL Nº 3/2024 CEC/REITORIA-IFCE
COMISSÃO ELEITORAL LOCAL campus Crato
FORMALIZAÇÃO DE DENÚNCIA

e desconfiança em relação às instâncias institucionais, que deveriam ser mediadoras do conflito.

Por fim, ressaltamos que a campanha eleitoral deve ser conduzida de maneira ética e transparente, respeitando os princípios democráticos e evitando que qualquer forma de opressão, seja racial, de gênero ou de classe, seja instrumentalizada para ganho eleitoral. Acreditamos que os alunos mencionados têm direito a uma defesa justa e equilibrada, e que essa situação deveria ter sido tratada por meio de diálogo institucional, não de exposição pública e judicialização.

Diante do exposto, solicitamos que a Comissão Eleitoral investigue rigorosamente essa violação do edital e tome as devidas providências para garantir que o processo eleitoral no Campus Crato ocorra de maneira justa e transparente, assegurando a integridade de todos os envolvidos.

Atenciosamente,

DENUNCIADO/CANDIDATO: Cleópatra do Nascimento Saraiva

ANEXOS/PROVAS:

NOTA DE REPÚDIO

Nós, representantes dos Centros Acadêmicos do *Campus Crato*, viemos por meio desta expressar nosso profundo descontentamento e repúdio em relação às ameaças de processos direcionadas a um grupo de alunos, incluindo jovens negros, gays e alunas, sob a acusação de misoginia através de uma nota postada no dia 09/10 nas redes sociais de uma candidata a direção geral com assinaturas de pessoas e órgãos externos à instituição como por exemplo uma defensora pública, URCA, UFCA, GRUNEC, Polícia Civil etc:

“[...] que tem como objetivo caluniar, difamar e injuriar a sua pessoa”.

“[...]declarações postadas com insultos de teor misógino, claramente com o objetivo de achincalhar não só a professora, mas todas as mulheres que têm a ousadia de disputar o mais alto cargo...”

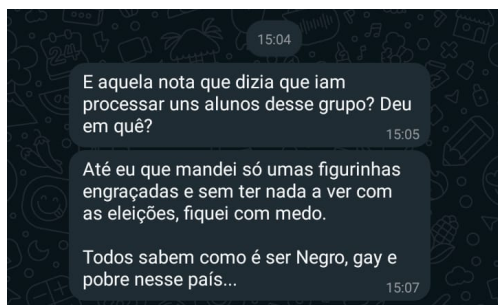
“[...] Tal assédio moral praticado na rede social contra professora Cleópatra Saraiva”

“Não se pode deixar de alertar sobre a possibilidade de responsabilização civil e criminal pelas ofensas feitas”.

A candidata ainda comenta respondendo aos questionamentos via instagram: *“as provas serão apresentadas na judicialização.”*

Fonte: Redes sociais da candidata.

Essa situação surge em um contexto claro de disputa política entre alunos, onde houve troca de farpas e memes, sendo essas interações injustamente interpretadas como misoginia. A acusação postada revela uma instrumentalização das pautas feministas para ganho de visibilidade política, com o apoio de diversas instituições que, lamentavelmente, não buscaram apurar os fatos antes de assinar notas de apoio à acusadora. Decidimos nos posicionar somente agora pois estávamos aguardando a instituição IFCE nos chamar, mas nem sabemos se ela foi informada do ocorrido. Ao ver esses nomes de assinaturas, em um primeiro momento causa medo, pois sabemos que ninguém entrará em nossa defesa, mas ao mesmo tempo nos motiva a nos posicionar sempre em função da verdade.



Fonte: Grupo Whatsapp Ônibus. Data: 13/10/2024

É importante ressaltar que as informações utilizadas para embasar as acusações de misoginia foram extraídas de conversas em um grupo de WhatsApp de alunos, como cita a nota, que ignoraram completamente os contextos de homofobia, violência verbal e outros

ataques entre os alunos. Esses conflitos, que afetam igualmente homens e mulheres, incluindo membros da comunidade LGBTQIA+, foram tratados de maneira seletiva, desconsiderando o ambiente de tensão e múltiplas formas de opressão que estavam em jogo. A acusação foi focada exclusivamente em uma narrativa que favorece a candidata, sem levar em consideração a gravidade das outras agressões e ofensas trocadas:

Cala a boca viadão ninguém te chamou

20:59

Um bando de vagabundo isso sim

20:57

Olha os defensores de nustenil
Matheus, sem emprego
Helen, faz letras
Breno Lima, disse que receber mas de 3 salário por mês não sei oq está fazendo batendo boca com adolescentes mais está aq batendo boca 🤔

20:52

Um homem da tua idade fazendo faculdade, homem não muleque isso sim

20:59

Menino vai viver vey, tu é oq mais fala merda nesse grupo

Aconselho vc a se matar

16:05

Fonte: Grupo Whatsapp Ônibus. Data: 02/10/2024

Esses prints, que nem são os mais graves, não tem intenção de expor alunos nem de tratá-los como bandidos. Eles podem sim serem instruídos e aprenderem, trouxemos porque trabalhamos com fatos e provas. Nesse mesmo contexto, até mensagens apaziguadoras foram ignoradas. Em outras palavras, os próprios alunos resolviam e refletiam sobre as questões colocadas sem a interferência necessária de um professor A ou B em um grupo de alunos com mais de 350 pessoas:

Eu espero do fundo do meu coração, que todos vcs que estão chingando, e usando palavras de baixo calão, tenham um futuro repleto de amor e carinho, e que todos os seus planos se realizem, e que vcs prosperem na vida, espero que todo esse ódio no coração de vcs vão embora, e que todos tenham um ótimo emprego e uma ótima família ❤️❤️

21:01

❤️ 12

Eles ainda não entenderam que não estamos batendo boca. Isso é um processo de disseminação de conhecimento e informação mesmo!

16:56

Gente bem aqui eu deserespeitei a colega [REDACTED] 6416 chamando coisa que não devia e reconheço meu erro, perdão ai. vou me calar diante da situação. obrigado a compreensão.

21:18

❤️ 2

Gente vamos evitar as ofensas pessoais.

18:04

❤️

Tenho certeza que nem Cleopatra nem Nustenil querem isso.

18:05

❤️ 🗨️ 5

É inegável que a misoginia é uma opressão grave que deve ser combatida. No entanto, ao analisarmos esta situação em particular — em que uma mulher branca, de classe média, acusa jovens negros e pobres de misoginia —, não podemos ignorar as dinâmicas de poder envolvidas, especialmente o racismo estrutural e a desigualdade de classe. Para agravar a situação, um membro da equipe da candidata também está envolvido em outras polêmicas, como uma carta de repúdio à misoginia. No entanto, parece ser mais conveniente se posicionar contra os estudantes. Além disso, ela não deu espaço para os alunos apresentarem suas demandas, pois mandou representantes **homens** para panfletar suas propostas já concluídas no dia do encontro dos CAs com os candidatos. Uma verdadeira falta de respeito com as representações estudantis.

O racismo estrutural criminaliza e marginaliza pessoas negras, especialmente homens jovens, que são frequentemente vistos de forma preconceituosa como violentos ou propensos a comportamentos agressivos. A acusação de misoginia, num contexto de troca de farpas e memes, coloca esses jovens negros em uma posição de desvantagem intransponível, agravada por sua pobreza e falta de apoio institucional. Enquanto a mulher em questão, apesar de sofrer opressão de gênero, goza de privilégios de raça e classe que lhe garantem acesso a redes de apoio, visibilidade pública e suporte jurídico, os jovens negros enfrentam uma luta desigual, sem condições de se defenderem adequadamente.

Além dos jovens, as alunas também foram acusadas de misoginia, o que demonstra um erro conceitual e um abuso das ferramentas legais, já que elas próprias fazem parte de um sistema que as oprime enquanto mulheres. Classificar apressadamente essas interações políticas como misoginia sem investigar adequadamente o contexto e as dinâmicas de poder envolvidas não é apenas injusto, mas prejudicial para o próprio debate sobre igualdade de gênero.

Lamentamos também a postura do **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)**, que prontamente se colocou em favor de uma pauta feminista sem levar em consideração os recortes sociais e raciais envolvidos nesta questão. O Neabi, liderado por uma mulher branca, ignorou a interseccionalidade, desconsiderando que, enquanto uma mulher branca pode enfrentar opressões de gênero, ela ainda se beneficia de sua branquitude em uma sociedade racista. A falta de uma análise mais ampla e profunda dos diversos eixos de opressão em jogo é um retrocesso no próprio papel que o NEABI deveria exercer na defesa da equidade racial e social. Contudo, entendemos que esse núcleo é muito importante e traz debates e representações reais, com membros muito sérios e atuantes. Ficamos também espantados e preocupados por ver assinaturas de **docentes** e membros da **CTP** que em suas atribuições deveriam mediar conflitos de alunos e não ameaçá-los.

Por fim, destacamos que o ambiente educacional deve ser um espaço de diálogo, aprendizado e crescimento, e não de perseguição judicial a alunos. A ausência de mediação institucional, como a participação de Coordenações, Direção de Ensino, Direção Geral, Neabi, NUGEDS, CTP, DAE/CAE etc, antes de recorrer ao processo judicial, é alarmante e reflete o desprezo por instâncias internas que poderiam ter sido acionadas para resolução de conflitos. E se foram acionadas, não sabemos, pois até agora nenhum aluno foi chamado a nenhum departamento para ser ouvido. A suposta judicialização foi usada de maneira

irresponsável para fins eleitorais, o que agrava as desigualdades e estigmatiza ainda mais os alunos marginalizados.

Portanto, repudiamos veementemente essa tentativa de criminalizar alunos em um contexto político e acusá-los injustamente de misoginia, sem a devida investigação dos fatos. Exigimos que todos os envolvidos tenham uma defesa justa e igualitária, e que as instituições se posicionem de forma transparente e democrática, evitando ser instrumentalizada para fins pessoais ou políticos. **Com isso, pedimos também uma retratação pública de todos os órgãos envolvidos nas acusações infundadas!**

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor.” Paulo Freire

Crato, 14 de Outubro de 2024. Assinado:

